

FREDERICO AMADO

Curso de Direito e

PRÁTICA AMBIENTAL

Vol. 1

- Direito Constitucional Ambiental
- Política Nacional do Meio Ambiente
- Política Nacional de Recursos Hídricos
- Política Nacional de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos
- Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

Inclui, entre outros modelos, os seguintes atos do processo ambiental:

- EIA-RIMA
- Termo de referência
- Cadastro técnico federal, requerimentos e licenças ambientais (LP, LI, LO e Simplificada)
- Autorizações
- Cadastro ambiental rural
- Cota de reserva ambiental
- Termo para constituição de servidão ambiental
- Plano de resíduos sólidos, plano de recursos hídricos
- Guia de plano de saneamento básico
- Edital e ata de audiência pública
- Requerimentos e outorgas
- Declaração de reserva de recursos hídricos

 EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Resumo de Curso de Direito e Prática Ambiental (Volume 1)

O Curso de Direito e Prática Ambiental, obra idealizada em dois volumes, é um extenso trabalho que busca suprir uma lacuna no segmento, ainda pobre em livros atualizados com o perfil teórico-prático com os atos concretizados no processo ambiental.

Seu objetivo é concentrar a teoria e a prática ambiental em um único trabalho, apresentando o tratamento jurídico dos assuntos em linguagem multi e interdisciplinar. Dessa forma, colaciona, após o texto doutrinário, dezenas de atos ambientais concretos para mostrar ao leitor o dia a dia do Direito Ambiental em instituições ambientais ou nos órgãos judiciais.

O autor, experiente profissional da área, aprofundou-se doutrinariamente nos temas, investigou e reuniu dezenas de atos do processo ambiental neste Volume 1, tais como licenças e autorizações ambientais, outorgas e demais atos dos processos de gerenciamento das águas, termos de referências, estudos ambientais, planos de resíduos sólidos e de recursos hídricos, entre vários outros atos.

Ao longo do texto o leitor irá perceber que, além dos atos normativos mais tradicionais - Constituição de 1988, Leis e Decretos -, serão citados centenas de atos regulamentares ambientais, especialmente da lavra do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente, do Serviço Florestal Brasileiro, do IBAMA, do ICMBIO, da Agência Nacional de Águas e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)